

Importância da Retirada da vacina contra febre aftosa no Paraná em 2019

Nos últimos anos o Paraná vem galgando posições de destaque no mercado mundial de produtos de origem animal devido ao melhoramento progressivo da situação sanitária do seu rebanho animal. Desta forma, coube ao Paraná uma única escolha: produzir com qualidade e sanidade para ser competitivo em todos os mercados, seja no âmbito nacional ou internacional.

Para continuar crescendo, é necessário o formal reconhecimento pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa e pela Organização Mundial de Saúde Animal – OIE, da condição sanitária do Paraná de livre da febre aftosa sem vacinação.

Desde que definiu como objetivo a obtenção do status de área livre de febre aftosa sem vacinação, os setores público e privado têm se empenhado para que o Estado tenha seu serviço de defesa agropecuária reconhecido internacionalmente, e ocupe o lugar que lhe cabe no mercado mundial de proteína animal.

Inicialmente, de acordo com o calendário do PNEFA - Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa, a última etapa de imunização do rebanho bovino e bubalino do Bloco V (RS, SC, PR, MS e MT), o qual o Paraná integra, seria apenas em maio de 2020. Porém, como o Estado comprovou perante o Mapa, após duas auditorias, de que seu serviço de defesa agropecuária está estruturado e robusto e que as etapas do cronograma estão sendo cumpridas, a aprovação da antecipação da retirada da vacina deverá ocorrer ainda em 2019. Desta forma, o Paraná poderá solicitar o status de área livre de febre aftosa sem vacinação junto à Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) em setembro de 2020, com o reconhecimento previsto pela Assembleia Geral da OIE de maio de 2021. Aguardar que todo Bloco V se estruture para retirar a vacina não é estratégico para os produtores paranaenses, uma vez que o Estado já tem todas as condições técnicas para isso.

Considerações importantes:

- A febre aftosa é uma doença que mede, como um "termômetro", a qualidade do serviço veterinário oficial, deixando subentender ao mercado internacional de que quando se vacina, é porque tem a doença, fato que não corresponde à condição sanitária do rebanho paranaense.
- A partir da conquista desse novo status sanitário, o Paraná poderá buscar novos mercados que pagam mais pela qualidade da carne de área livre sem vacina.
- Apesar da espécie vacinada contra a febre aftosa ser a bovina, os impactos positivos de comercialização vão se refletir em todas as cadeias de proteínas animal, principalmente na avicultura e suinocultura, além de possibilitar a abertura de novos mercados para os demais produtos da agropecuária, até mesmo os de origem vegetal.
- Ao longo das últimas décadas, o Estado se estruturou com destaque para a criação dos Conselhos de Sanidade Agropecuária (CSA), que atuam localmente para promover a sanidade, e o Fundo de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Paraná (Fundepec) que administra recursos financeiros (R\$ 77 bilhões) para emergências sanitárias.

Portanto, com a suspensão da vacina contra a febre aftosa, e o consequente reconhecimento nacional e internacional de área Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação, haverá benefícios para todo setor agropecuário paranaense.





Benefícios da retirada da vacina contra febre aftosa no Paraná em 2019:

- A medida reforça o trabalho para que o Paraná obtenha o reconhecimento de área livre de febre aftosa sem vacinação junto à OIE (Organização Mundial de Saúde Animal) em 2021; antecipando em 2 anos, em relação ao Programa Nacional de Erradicação de Febre Aftosa – PNEFA, do MAPA.
- Ter o reconhecimento internacional de área livre de febre aftosa sem vacinação é o reconhecimento de um serviço veterinário de excelente qualidade.
- Parar de gastar dinheiro para vacinar contra uma doença que não existe mais; continuar vacinando os rebanhos, além de prejudicar a conquista de novos mercados representa um custo ao produtor rural da ordem de R\$ 30 milhões anuais com a aquisição das vacinas.
- Separação do Paraná dos demais blocos formados por 25 Estados considerados como área livre com vacinação, vai proteger contra a eventual reintrodução da enfermidade e da consequente perda de status, em algum dos outros estados.
- As três principais cadeias de proteína animal (ave, suíno e bovino) têm um peso significativo na socioeconomia do Paraná. Em 2018, o Valor Bruto de Produção (VBP) do frango atingiu R\$ 14,43 bilhões, valor que representa 16,1% do faturamento da produção agropecuária paranaense, de acordo com dados do Departamento de Economia Rural Deral, da Seab/PR. No mesmo ano, a suinocultura contabilizou R\$ 3,57 bilhões, enquanto a bovinocultura outros R\$ 3,79 bilhões, ambas as cadeias com cerca de 4% de participação no Valor Bruto da Produção agropecuária. Com o reconhecimento de Área Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação, esses valores tendem a aumentar significativamente, com o acesso a mercados que pagam mais.
- Ampliação do comércio mundial de carnes produzidas pelo Paraná, pelo acesso aos mercados que não importam de quem vacina; esse novo status sanitário colocará o Paraná ao lado dos principais países exportadores de alimentos, além de simplificar os requisitos de obtenção de certificado sanitário e licenças de exportação junto aos principais mercados compradores.
- O novo status sanitário permitirá ao Paraná dobrar as exportações de carne suína, das atuais 107 mil toneladas para 200 mil toneladas por ano. Este cenário é previsto se o Paraná conquistar apenas 2% do mercado potencial, liderado por Japão, México e Coreia do Sul, que pagam mais pelo produto com reconhecida qualidade sanitária, e representam 64% do comércio mundial de carne suína, que não é acessado por conta da vacinação.
- Os principais mercados da carne bovina atualmente são China, Hong Kong, e Rússia, mercados que remuneram menos a tonelada exportada. Como o novo status, a carne bovina vai poder acessar mercados como Japão, Coreia do Sul, México, além de ampliar participação no mercado Europeu, importantes mercados no cenário mundial e que remuneram melhor.
- A nova condição sanitária também trará maior sustentação para a evolução da cadeia produtiva de leite e derivados, uma vez que a nova realidade sanitária vai proporcionar um maior reconhecimento da qualidade, abrindo assim oportunidades para a comercialização de leite em pó, queijos e demais derivados, movimentado este importante setor.
- Vantagens gerias para o setor pecuário:
 - Expansão do mercado interno e externo; melhoraria da competitividade dos negócios;
 - ✓ Melhor visibilidade das marcas nacionais;
 - ✓ Melhora nos negócios em todas as cadeias produtivas; movimentação econômica;
 - ✓ Sustentabilidade das cadeias e maior retorno com investimento na indústria e campo;
 - ✓ Geração de empregos diretos (estimados entre 8 -12 mil em 10 anos).

